

01/17

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO PROJETO "DAR VIDA AOS ANOS ENVELHECENDO"

No dia vinte, do mês de janeiro, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico município@cm-boticas.pt, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Vice-Presidente da Câmara, **António Guilherme Forte Leres Pires** cartão de cidadão n.º 07670663 0ZY7, válido até 16/05/2018.

SEGUNDO:

Sandrina Reis Ferreira, residente na Estrada Nacional nº 24, 5460-471 Pinho, endereço electrónico sandrinaferreira89@gmail.com e telefone n.º 969977534, cartão de cidadão n.º 13543499 8ZY1, válido até 06/11/2019.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços no Âmbito do Projeto "Dar Vida aos Anos Envelhecendo", precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 16 de janeiro de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 10 de janeiro de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O presente Contrato tem a vigência de 8 meses, reportando o seu efeito ao 1º dia do mês de janeiro.


Sandrine

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Dez mil, novecentos e onze euros e doze cêntimos (10.911,12 €), valor isento de IVA.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. A faturação será mensal até à data da conclusão do serviço.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0400/02022599, Ação 16A001 conforme proposta de cabimento n.º 133, compromisso n.º 133 e requisição externa de despesa n.º59.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Vice-Presidente da Camara Municipal de 10 de janeiro de 2017.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

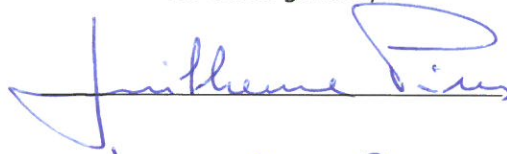
O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Boticas em 18 de janeiro de 2017, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 18 de janeiro de 2017, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,


Guilherme Reis
Sandra Reis Ferreira